



AGENDA LEGISLATIVA

18 A 22 DE NOVEMBRO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (18/11)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 17h00

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança. Item nº 25.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela rejeição.

PL 1352/2022 - Institui a "Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet" nas escolas públicas. Item nº 27.

Explicação: institui a Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet, a ser realizada, anualmente, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, durante a última semana do mês de agosto. Durante tal evento, serão realizadas atividades coordenadas em nível nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de, entre outros: conscientizar e educar as crianças e adolescentes sobre o uso responsável da internet; apresentar os delitos informáticos e suas sanções; e, difundir noções sobre o cyberbullying, bem como as suas implicações na vida das vítimas.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Chris Tonietto (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1927/2023 - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados. Item nº 30.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Educação (CE).

Terça-feira (19/11)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar. Item nº 16.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação do PL 514/2011, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 22.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca do mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública,

cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela aprovação do deste, e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h00

PL 3503/2019 - Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinando que os portais na internet mantidos por empresas privadas e órgãos governamentais disponibilizem ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais; e nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), condicionando o acesso aos benefícios oferecidos pela Lei de Informática à instalação, nos computadores e telefones celulares inteligentes incentivados, de ferramenta interativa embarcada para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais. Item nº 3.

Explicação: determina que os portais na internet mantidos por empresas privadas e órgãos governamentais disponibilizem ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais; e condiciona o acesso aos benefícios da Lei de Informática à instalação, nos produtos incentivados, de ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais.

Autor: Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)

Relator: Erika Kokay (PT/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 2951/2021, 104/2023, 4052/2021 e 3391/2023, apensados, com substitutivo.

PL 492/2020 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência Item nº 4.

Autor: Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 2171/2022, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 2731/2020 - Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Item nº 24.

Autor: Marreca Filho (PRD/MA)

Relator: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), com subemenda.

PL 1354/2021 - Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet. Item nº 27.

Autor: Denis Bezerra (PSB/CE)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, dos PLs 1.586/2021, 2.950/2021 e 78/2022, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Comunicação (CCOM).

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança. Item nº 29.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela rejeição.

PL 1413/2023 - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário. Item nº 32.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quinta-feira (21/11)

CMULHER – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14

Audiência Pública - Tema: Ações para incentivar o empreendedorismo feminino.

Convidados:

- Wenceslau Junior, superintendente de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo da Bahia;
- Ana Teresa Barbosa, diretora de Administração do Banco do Nordeste (BNB);
- Camila Carvalho Costa, chefe do Departamento de Operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Larissa Vieira Alfino, assessora da Diretoria de Empreendedorismo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP);
- Representante do Ministério das Mulheres (MM);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Representante da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX);
- Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e
- Representante da Associação Baiana das Organizações de Microfinanças e Microcréditos (ABOMCRED).

SENADO FEDERAL

Terça-feira (19/11)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

Audiência Pública- Tema: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

1ª Parte: Debater sobre as atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus.

Convidados:

- João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);
- Ralph Baraúna Assayag, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus);
- Aderson Santos da Frota, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM);
- Antonio Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM);
- José Jorge Nascimento, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros);
- Nivaldo das Chagas Mendonça;
- Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, Representante de Alex Del Giglio, Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas;
- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Thomaz Nogueira, Especialista em Direito Tributário e Ex-Superintendente da Suframa;
- Luiz Dias de Alencar Neto, Coordenador-Geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT);
- Pedro Câmara Júnior, Advogado Tributarista, representante de Bruno Pinheiro, Presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA); e
- Marcos Antônio Bento de Sousa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

2ª Parte: Debater sobre as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e Áreas de Livre Comércio (ALCs).

Convidados:

- Helson Braga, Presidente da Associação Brasileira das Zonas de Processamento de Exportação (ABRAZPE);
- Rafael Inácio de Fraia e Souza, Secretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Roraima;
- Marcelo Souza Pereira, Ex-Superintendente da Suframa, Assessor Parlamentar, Doutor em Sustentabilidade na Amazônia, Mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em Gerência Financeira e Economista; e
- Bruno Pessanha Negris, Membro do Conselho Estratégico e Logística do Espírito Santo (Recomex-ES) e do Grupo de Trabalho do Sindicato do Comércio Exportação e Importação do Espírito Santo (SINDIEX).

CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

Reunião - Tema: Deliberação de requerimentos

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - Tema: O impacto do IBS e da CBS sobre as microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs).

Convidados:

- Carlito Merss, Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Talita Pimenta Felix, Advogada e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da FVG/SP;
- Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Olielson Franca Lobato Júnior, Secretário Executivo do Simples Nacional;
- Carley Welter, Diretor de Relações Institucionais da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas (ANATC);
- Alfredo Cotait Neto, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); e
- Ângela Andrade Dantas Mendonça, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).